FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA ELIANA DE C. CASTRO
MARISETH VERAS DE CASTRO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:

uma análise da Escola Atual

Chapadinha
2013

MARIA ELIANA DE C. CASTRO
MARISETH VERAS DE CASTRO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:

uma análise da Escola Atual

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Esp. Anety Fonteles Alves

Chapadinha
2013

Castro, Maria Eliana de C. Castro

Atendimento educacional inclusivo para alunos com deficiência física: uma análise da escola Atual, Chapadinha-Ma/Maria Eliana de C. Castro; Mariseth Veras de. – Chapadinha, 2013.

60f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Faculdade do Baixo Parnaíba, 2013.

1. Acessibilidade 2. Deficiência física 3. Inclusão 4. Educação especial I. Castro, Mariseth Veras II. Título

CDU 376.2(812.1)

MARIA ELIANA DE C. CASTRO
MARISETH VERAS DE CASTRO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:

uma análise da Escola Atual

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de Licenciadas Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª Anety Fonteles Alves (Orientadora)
Especialista em Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____

(1º Examinador)

_____

(2º Examinador)

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares e amigos que compreenderam nossa ausência e apoiaram a iniciativa de buscar compreender e praticar a educação especial através de nossa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por nos permitir concluir o curso de Pedagogia, que certamente é uma bênção em nossas vidas e uma vitória.

Agradecemos às pessoas que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para a realização desta pesquisa.

Agradecemos ainda, aos nossos esposos, Evanir e Marcos, aos nossos filhos, Hadryan e Maria Eduarda, e em especial às nossas mães Margarida e Paixão – vocês que foram presenças incondicionais na realização de mais este projeto para o enriquecimento das nossas vidas pessoais e profissionais.

Agradecemos, por fim, à nossa orientadora prof. Anety Fonteles que não mediu esforços para nos auxiliar na conclusão deste.

“Então, educamos e somos educados. Ao compartilharmos, no dia a dia do ensinar e do aprender, ideias, percepções, sentimentos, gestos, atitudes e modos de ação, sempre ressignificados e reelaborados em cada um, vamos internalizando conhecimentos, habilidades, experiências, valores, rumo a um agir crítico-reflexivo autônomo, criativo e eficaz, solidário. Tudo em nome do direito à vida e à dignidade de todo o ser humano, do reconhecimento das subjetividades, das identidades culturais, da riqueza de uma vida em comum, da justiça e da igualdade social. Talvez possa ser esse um dos modos de fazer pedagogia.”

José Carlos Libâneo

RESUMO

O presente estudo trata sobre o atendimento educacional inclusivo para alunos com deficiência física e tem como objetivo refletir sobre as condições em que se encontra a Escola Atual, escola da rede municipal de ensino de Chapadinha-MA em relação à acessibilidade. A pesquisa utilizou o método qualitativo para mensuração de informação, seguida da análise das informações coletadas por meio da aplicação de questionários para o pai de um aluno com deficiência física, para a mãe de um aluno sem deficiência, bem como, para a gestora e uma professora do 3º ano da escola pesquisada. Utilizou-se como fundamentação teórica os pressupostos de autores como: Mantoan (2006), Raiça (2006), Schirner (2007), Rosita (2010) e os marcos legais da educação especial brasileira no intuito de refletir sobre a questão da acessibilidade e os desafios encontrados dentro do cenário educacional. Os resultados mostram que os obstáculos e barreiras arquitetônicas dificultam as condições de vida para os alunos com deficiência física e quando isso é voltado para a realidade escolar, observa-se que o próprio processo de aprendizagem é influenciado pela falta ou presença das adaptações necessárias. Além disso, observou-se, que a Escola Atual ainda não está devidamente adaptada aos padrões da ABNT – que tratam sobre as normas nacionais de acessibilidade – apesar de já ter iniciado os processos necessários para tornar-se acessível a todos. Constatou-se ainda que a participação da família poderá auxiliar o trabalho educativo prestado pela escola, e para que ocorra um atendimento educacional especializado faz-se necessário antes, a atualização contínua na formação dos profissionais de ensino, o que proporcionará um ensino significativo aos alunos com deficiência. Nesse sentido, compreende-se que é preciso abrir espaço para que ocorram as mudanças necessárias que contemplem uma educação que valorize a diversidade e onde se possam construir novos modelos inclusivistas de ensino para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Palavras-chave: Acessibilidade. Deficiência Física. Inclusão. Educação Especial.

ABSTRACT

The present study focuses on inclusive educational services for students with physical disabilities and aims to reflect on the real conditions in which the Escola Atual, the municipal school teaching Chapadinha-MA in relation to accessibility in school. The research used qualitative method for the measurement of information, followed by an analysis of information collected by means of questionnaires for the parent of a student with a physical disability, the mother of a student without disabilities, as well as for managing and 3rd year teacher of the school studied. The theoretical foundations are authors such as: Mantoan (2006), Raica (2006), Schirner (2007), Rosita (2010), in addition to laws on special education in Brazil to reflect on accessibility and the challenges faced in education. The results show that obstacles and architectural barriers hinder the living conditions for students with physical disabilities and when it is returned to the school reality, it is observed that the learning process itself is influenced by the presence or absence of the necessary adaptations. Moreover, it was observed that the Escola Atual is not adequately adapted to standards of ABNT - that deal with national standards of accessibility - despite having already initiated the necessary processes to become accessible to all. It was further observed that the very participation of the family can help the work of education provided by the school, and in these cases to specialized educational services is necessary before the update on continuous training of education, this will provide good teaching for students with disabilities. In this sense, it is understood that we must make room for the necessary changes that occur that include an education that values diversity and where they can build new models of educational inclusion for the development of a truly egalitarian society.

Keywords: Accessibility. Physical Disability. Inclusion. Special Education.

LISTA DE FIGURAS

p.
Figura 1 - Porta de acesso ao banheiro 44
Figura 2 - Banheiro 44
Figura 3 - Entrada da Escola Atual 45
Figura 4 - Portões de acesso à Escola Atual..... 45

LISTA DE TABELAS

p.
Tabela 1 - Identificação do quadro pedagógico pesquisado 38
Tabela 2 - Desafios para o trabalho educativo com deficientes físicos 39
Tabela 3 - Adaptação da estrutura física da escola e acessibilidade 42
Tabela 4 - Diferenças de metodologia para alunos com deficiência 46
Tabela 5 - Apoio da escola para atividades com alunos deficientes 46
Tabela 6 - Questionário para o pai de aluno com deficiência física 47
Tabela 7 - Questionário para a mãe de aluno sem deficiência 50

SUMÁRIO

p.

LISTA DE FIGURAS 8

LISTA DE TABELAS 9

1 INTRODUÇÃO 11

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS PROCESSOS INCLUSIVOS 12

2.1 Conceituando termos 16

2.2 Diretrizes legais no Brasil 20

3 A DEFICIÊNCIA FÍSICA NA SOCIEDADE ATUAL: a inclusão no contexto educacional 29

4 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO 36

4.1 Metodologia da pesquisa 37

4.2 Análise dos dados da pesquisa 38

5 CONCLUSÃO 52

REFERÊNCIAS 53

APÊNDICES 56

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é composta por grupos sociais com anseios e identidades diferentes. Diferenças estas que vão desde as características físicas, psicológicas, sociais até as diferenças culturais.

Atualmente existe uma busca significativa em se estabelecer uma sociedade igualitária para todos onde haja respeito à diversidade. Neste desafio diário, a acessibilidade é um fator decisivo para que o processo inclusivo aconteça. Assim, compreende-se que o ponto inicial rumo à inclusão se dá na escola desenvolvendo, portanto, uma consciência inclusivista que alcance toda a esfera social.

Assim, buscou-se através desta pesquisa refletir sobre os desafios encontrados acerca da acessibilidade para crianças com deficiência física na Escola Atual[1] localizada no município de Chapadinha-MA.

A pesquisa realizada foi de caráter qualitativo, envolvendo sujeitos e o contexto da escola. Utilizou-se na coleta de dados, a aplicação questionários com os pais de alunos com (e sem) deficiência, bem como para uma professora do 3º ano e para a gestora da escola campo.

Dentre os autores que deram subsídios teóricos para a pesquisa, pode-se destacar Mantoan (2006), Raiça (2006), Schirner (2007), Rosita (2010), dentre outros. Cabe ainda salientar a ampla pluridimensionalidade desse objeto de estudo em seu campo de atuação. Por isso, prende-se ainda através desta pesquisa contribuir com ponderações sobre a temática acerca da deficiência física, aos novos pesquisadores para futuras análises e reflexões que ingressam, a cada dia, nesse campo de investigação tão rico e vasto em conteúdo.

Assim o presente trabalho se compõe de cinco parte com um aporte introdutório; a contextualização histórica dos processos inclusivos para pessoas com necessidades educacionais especiais abrangendo ainda, o conceito dos termos empregados e os marcos legais que tratam sobre a deficiência física no Brasil; a deficiência física na sociedade, seus desafios e perspectivas atuais; a caracterização da escola pesquisada, bem como, a metodologia da pesquisa, análise dos dados coletados e a conclusão do trabalho.

[1] Nome fictício para preservar a identidade da escola pesquisada.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS PROCESSOS INCLUSIVOS

A diversidade humana sempre se manteve como uma temática muito presente na história da humanidade, mas passou a ocupar maior espaço na mídia, grupos de estudo e pesquisas nas últimas décadas.

Para compreender como esse assunto vem se ampliando com o passar dos anos precisa-se antes fazer uma retomada histórica sobre os diversos “olhares” que as sociedades desenvolveram ao lidar com a diversidade em cada período determinado da história.

Observa-se que, na Antiguidade existia muita segregação e desamparo às pessoas que nasciam com alguma deficiência. De acordo com Amaral (1997), em Roma e na Grécia Antiga, as pessoas com deficiência eram mortas, abandonadas e muitas vezes expostas publicamente. Existia inclusive, uma lei que assegurava aos pais o direito de eliminar o filho que nascesse com alguma deficiência logo após o parto.

Na Idade Média, a deficiência de uma pessoa era associada ao pecado. Quando uma criança nascia com alguma “anomalia”, por exemplo, a culpa recaia nos pecados dos pais que eram castigados através dos filhos.

De acordo com Raiça (2006, p. 14):

> Na Antiguidade, o extermínio das crianças com deficiência era prática comum. A própria infância era exposta a condições pouco protetoras, uma vez que a perspectiva de morte era acentuada entre as crianças. Daí, não é de estranhar que aqueles que apresentavam algum tipo de deficiência se tornavam o principal alvo para o abandono, sem que isso implicasse necessariamente culpa por parte da sociedade. Na Idade Média as crianças indesejáveis ficavam a cargo da caridade cristã.

A necessidade de ensinar e educar pessoas com deficiências começou a ser vista com um novo olhar apenas com o despertar científico advindo do Renascimento, por volta do século XV.

A análise histórica da educação especial mostra que por muito tempo, vigorou uma concepção capitalista sobre a temática – concepção esta surgida com o próprio Renascimento (Revolução Industrial). Neste contexto, as pessoas só eram consideradas adequadas à sociedade se pudessem comercializar sua força de trabalho, e aqueles que não se adequavam eram vistos como inaptos ou não adaptados socialmente.

No Brasil, a história da educação inicia-se apenas em 1549 com a chegada dos jesuítas. A partir de então, o ensino público do país ficou sob a responsabilidade dos padres da Companhia de Jesus. A motivação principal era a conversão dos índios ao catolicismo, porém isso não seria possível sem primeiro ensiná-los a ler e escrever.

Dessa maneira, os jesuítas se dedicaram por quase 200 anos, à evangelização e ao trabalho educativo no país até que, com a expulsão dos jesuítas, o ensino passou a ser a cargo do estado.

As aulas régias, durante algum tempo, foram um auxílio literário, mas a desordem iniciada com a expulsão dos jesuítas se estendeu até a saída da Família Real. Somente no século XIX, é que as escolas laicas conquistaram maior espaço.

Segundo Bello (2001), D. João VI retornou para Portugal em 1821, e em 1822 seu filho, D. Pedro I, proclama a Independência do Brasil. A primeira Constituição brasileira foi outorgada em 1824 com o Art. 179 da Lei Magna tornando clara a gratuidade do ensino primário para todos.

A Reforma de Benjamin Constant (autor do lema Ordem e Progresso da bandeira brasileira) tinha como princípio a liberdade, o sistema laico do ensino, e a gratuidade da escola primária – princípios já dispostos na Constituição.

Acerca da educação voltada para pessoas com necessidades educacionais especiais, Mazzotta (1996, p. 75) coloca que:

> No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Instituto dos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e os Surdos Mudos, em 1857, hoje denominados Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Como pode-se perceber, várias transformações ocorreram no sistema educacional. Os anos de 1930 teve como marco, o Manifesto dos Pioneiros em 1932, mas, foi somente por volta dos anos de 1945 é que surgiram as primeiras escolas especializadas para pessoas com necessidades educacionais especiais e as classes especiais.

A visão assistencialista dentro dos conceitos sobre deficiência era o que predominava nesse período. Na década de 1970 começou-se a divulgar as propostas de integração de pessoas com deficiência à sociedade, onde esses

alunos passaram a frequentar as classes comuns. Contudo, não eram oferecidas condições adequadas para atender as necessidades desses alunos.

Nas décadas de 1980 e 1990, surgiu uma nova percepção que sugeria responsabilizar os sistemas educacionais pela promoção de uma educação de qualidade que atendessem às especificidades das pessoas com deficiência. Sassaki (1998) fala que esse novo modelo é caracterizado como inclusão social. Assim, para o autor, as escolas e o sistema educacional precisavam adaptar-se a esses alunos.

Dessa forma, Sassaki (1998, p. 17) afirma que:

> As escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas).

Refletir sobre a questão da inclusão social demanda, entre outras coisas, questionar paradigmas construídos através dos anos para que se possa pensar numa sociedade que respeite as diferenças e sobre tudo garanta oportunidades iguais a todos.

Em países como o Brasil, por exemplo, onde as diferenças sociais são evidentes, percebe-se que o processo de inclusão em termos gerais precisa de estratégias bem definidas que resultem em uma ação ampla e de qualidade.

Além disso, outros pontos de referência para a inclusão social começaram a despontar na década de 1990. Segundo Raiça (2006, p. 17), ainda nessa década dois documentos internacionais tornaram-se referência sobre inclusão. Estes documentos são:

> A Declaração Universal de Educação para Todos, realizada em 1990, em Joinmten na Tailândia; e a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial, produzida pela UNESCO em 1994, na Espanha, propondo que todas as crianças, sempre que possível, deveriam aprender juntas em programas pedagógicos individualizados, independente da condição intelectual, física, emocional e social.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), divulga que os sistemas educacionais devem adaptar-se às necessidades de cada indivíduo para que assim, possa haver uma educação inclusiva válida, assumindo as diferenças humanas como manifestações normais no processo de aprendizagem.

Esses avanços ao longo da história são importantes para a melhor compreensão dos processos inclusivistas ao longo da história. É importante ainda

ratificar que, a diversidade humana não pode em hipótese alguma ser negada e a deficiência deve ser compreendida como parte dessa diversidade.

Aqui observa-se que começa a surgir uma pedagogia inovadora com a missão de incluir “excluídos” numa terra de diversas cores, classes e nacionalidades, num contexto de respeito e amparo, mas que, ainda tem muito que melhorar. Dentro do âmbito escolar, a inclusão perpassa por vários setores da instituição de ensino. De acordo com Raiça (2006, p. 93):

> A educação inclusiva tomada como modificação do ambiente escolar, nos aspectos arquitetônicos, organizacionais, curriculares e de atitudes, ainda está em processo de amadurecimento. Sabemos que a lei contribuiu para que o pontapé inicial fosse dado, contudo, muito há de se realizar para garantir-lhe a efetivação.

As instituições de ensino se destacam na questão sobre os processos que visam à inclusão porque é através da educação inclusiva que a sociedade é favorecida na troca mutua entre trabalhos educativos e suas relações com a comunidade. Assim, observa-se que a acessibilidade é ainda, um fator que constitui grande desafio para o processo inclusivo na sociedade atual.

Assegurar uma sociedade mais justa e inclusiva requer algumas mudanças de postura. Essas mudanças poderiam surgir, por exemplo, a partir do momento em que não houvesse mais distinção entre “classes especiais” e normais.

Quando se educa todos os alunos juntos, aqueles que possuem algum tipo de deficiência têm maior oportunidade de se preparar para a vida em comunidade, uma vez que a interação com os outros vai dando o suporte necessário para que isso aconteça, além claro, de a sociedade passar também, a refletir conscientemente sobre o valor social da igualdade para todos, afinal, se as crianças começarem a ser educadas para uma vida que respeite a diversidade (o diferente) certamente teremos um futuro mais aberto ao não-preconceito.

A partir do segundo milênio diversas oportunidades de desenvolvimento para crianças com deficiência passaram a ser mais significativas na prática cotidiana. Segundo o Decreto Nº 3.956 de outubro de 2001, é promulgada a convenção Interamerica para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Este decreto afirma, entre outras coisas, que as pessoas com deficiência:

> Têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (BRASIL, 2001 [n. p.]).

O ideal de igualdade e inclusão social nunca antes tiveram tanta força e presença quanto em meados de 2000 com a promulgação de várias leis e decretos acerca da necessidade de inclusão. Entre estas leis pode-se citar ainda, a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei Nº 9.394/96 – onde a ideia de inclusão passou a ser reforçada não podendo mais ser refletida apenas como um mero paradigma educacional novo e sem significado (BRASIL, 1996).

O desafio atual é colocar em prática estes documentos legais que garantem o direito de igualdade, bem como provocar mudanças para que a inclusão aconteça desconstruindo assim, métodos segregacionistas. Para tanto, faz-se necessário a formação de qualidade dos profissionais de ensino focando no aspecto da transformação social.

Sobre isso, Nóvoa (1992, p. 28) afirma que:

> A qualificação do professor se constitui numa forma de fortalecimento da qualidade do atendimento aos alunos no seu conjunto e da crença dos professores de que podem construir novas alternativas e desenvolver novas competências.

A capacitação de profissionais da área de educação, a orientação dos pais e responsáveis por pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como, a própria estrutura física da instituição, devem ser melhoradas proporcionando assim, liberdade, autonomia e respeito às especificidades de cada um.

2.1 Conceituando termos

O tema sobre diversidade tem levantado certas discussões no setor educacional e gerado instabilidade na percepção das diversas manifestações encontradas em sala de aula. É necessário que os profissionais de ensino tomem consciência de que é preciso compreender a diversidade para que o respeito e a igualdade de condições estejam presentes na escola e para que o ensino e a aprendizagem aconteçam.

Inicialmente busca-se compreender os possíveis significados atribuídos a termos como, diferença, alteridade e outros termos que remete à inclusão e que foram se modificando ao longo da história como, “portador” e pessoas “com” necessidades educacionais especiais.

No dicionário Aurélio (FERREIRA, 1993, p. 186), a palavra diferença é achada como “divergência; desigualdade”. Enquanto isso, Goffman (1988) afirma que o conceito de diferença só pode ser construído na relação com o sujeito social, na troca com o outro.

Para se determinar o que é diferente tem-se que definir primeiro o que é igual. O ser humano possui singularidades na sua relação com o outro, mas, é cercado por características específicas em sua anatomia, genética e espécie que lhe distingue dos demais, assim a própria definição do que é “ser igual” condiciona-se ao que Goffman (1988) afirma sobre construção de referências nas relações sociais.

Lidar com o outro é, em outras palavras, tentar compreender este contínuo processo de diferenciação. Atualmente, os conceitos de diferença e diversidade são imprecisos, contraditórios (epistemologicamente falando) e difíceis de designar, assim os conceitos são utilizados nas mais diversas maneiras.

Bourdieu (1998, p. 53), por exemplo, afirma que “a igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais, diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor, exigida”. Aqui, o autor coloca suas ponderações sobre “igualdade e diferença” aplicando-as dentro do contexto escolar.

O autor diz ainda que, a escola precisa entender a importância de compreender estes conceitos para não deixar levar-se pelo erro de fornecer um ensino padronizado (igual para todos), sem considerar que a escola é composta por pessoas com necessidades e tempos diferentes. Assim, essas especificidades devem ser respeitadas na prática pedagógica para maior qualidade no ensino.

Enquanto isso, a definição de alteridade é vislumbrada como a possibilidade de ver o outro em seu cerne. Isso significa que deve-se respeitar as singularidades do outro. Silva (2000, p. 101), afirma que “a diversidade reafirma o idêntico e a multiplicidade é que estimula a diferença que se recusa a fundir-se com o diferente”.

Tanto nas afirmações de Bourdieu quanto de Silva, observa-se que a desigualdade serve apenas para afirmar o igual. Assim, conclui-se que a construção da identidade está cercada por elementos psicossociais estabelecidos nas relações com o outro.

Inclusão é um processo social amplo e complexo que vem se efetivando com o passar do tempo, e que se constitui como pré-requisito básico para o

exercício da cidadania de pessoas com deficiência. Segundo Sassaki (1998), a inclusão é um processo com diversas modificações nos espaços físicos, mas principalmente na mentalidade das pessoas.

Por muito tempo a palavra Integração foi utilizada para tratar sobre a inserção de pessoas “portadoras” de deficiência na sociedade. A integração é uma ação que visa trabalhar as deficiências das pessoas como meio de reintegração social (através de classes especiais e afins) tornando-as produtivas.

Já a inclusão é o processo de adequação por parte da sociedade às necessidades específicas de cada um. Não fala-se mais de reintegração, ou grupos isolados de pessoas com necessidades educacionais especiais buscando um espaço na sociedade, mas sim, da sociedade adequar-se e reestruturar-se para conviver em igualdade com todos. Nesse sentido, a escola também deve se preparar e fazer as transformações necessárias para a acomodação de pessoas com deficiência.

O próprio termo “portador de deficiências” ficou obsoleto por compreender que nenhuma pessoa porta uma deficiência como se a segurasse nas mãos e deixasse-a em casa sempre que conveniente. Por isso, a substituição pelos termos “pessoas com necessidades educacionais especiais” e “pessoas com deficiência[2]”.

Assim, aos poucos estes conceitos foram sendo substituídos compreendendo que o ideal de democracia não se faz na integração, mas na inclusão social.

A expressão “necessidades especiais” ainda é muito utilizada na atualidade. Este termo consta no artigo 58 da LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), em seu capítulo 5, fazendo menção aos educandos da educação especial. Segundo Rosita (2010, p. 38, grifos do autor):

> Considerando-se que a nova LDB depois de uma longa “gestação” veio à luz no auge de todo o movimento em prol de uma escola inclusiva – uma escola de boa qualidade para todos –, a expressão tornou-se mais abrangente, aplicando-se, não só aos alunos com deficiência, como a todos àqueles “excluídos” por diversas razões que o levam a ter necessidades especiais, em várias dimensões de vida, particularmente a escola. Em decorrência também se ampliou o alunado da educação especial, pelo menos na letra da lei.

[2] Terminologias aplicadas à presente pesquisa.

Outro termo comum nas discussões sobre inclusão social é a acessibilidade. De acordo com o Decreto n° 5.296/2004, Art. 8° inciso I, acessibilidade é entendida como:

> Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004 [n. p.])

Acessibilidade é a garantia de respeito às necessidades para pessoas com deficiência física ou alguma necessidade específica. A deficiência física, de acordo com o Decreto, pode ser definida como:

> Diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas. (idem)

Ainda de acordo com o mesmo Decreto, a deficiência física é compreendida como:

> Uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (ibidem)

A inclusão de pessoas com deficiências (de qualquer ordem) ainda é um desafio a ser superado. Porém, evidencia-se a afirmação de Stainback (1999, p. 27), ao levantar a seguinte discussão:

> Se as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos quando eles se tornam adultos, o que resulta em um maior conflito social e em uma competição desumana. Nesse sentido, a inclusão proporciona a igualdade, a interação entre os membros da sociedade, resultando no desenvolvimento das relações humanas.

Dessa forma fica claro que a escola atua na sociedade e para a sociedade não podendo eximir-se de sua responsabilidade ética e social. Grandes avanços ocorreram e ainda ocorrem na atualidade, mas ainda há muito para ser feito e muitas práticas para serem reposicionadas.

2.2 Diretrizes legais no Brasil

Visto a necessidade de se assegurar os direitos e oportunizar condições de igualdade às pessoas com deficiência, vários marcos legais foram registrados ao longo da história dentro e fora do país.

Para a melhor compreensão deste item, há antes, que se fazer uma retomada analisando as diretrizes legais que o homem foi construindo e suas consequências – especialmente para o setor educacional no Brasil.

As leis e decretos posteriormente explanados são fundamentais para a regularização da educação básica (entre outras coisas) assegurando não só a igualdade (no sentido mais amplo do termo), mas também, o ensino especializado para cada indivíduo em suas especificidades.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de (ONU, 1948) declara que todo ser humano é livre para falar e crer, sem nenhum tipo de constrangimento. Todos nascem livres e iguais em direitos, tendo ainda a liberdade de manter sua identidade própria, sem distinção de cor, raça, sexo, religião ou qualquer outra condição.

Assim, como afirma Fávero (2007, p. 55), “as dificuldades, deficiências e limitações precisam ser reconhecidas, mas não devem conduzir ou restringir o processo de ensino”.

Dessa forma, Mantoan (2006, p. 94) afirma que:

> Há necessidade de assegurar o direito de todos os alunos à educação escolar e de atender ás suas especificidades, quando estas são negadas pela educação comum. Por outro lado, é preciso estar atento para que o direito à diferença não inferiorize, não discrimine nem marginalize, não condene aos preconceitos e à segregação de alunos com e sem deficiência.

Criar espaços de troca e valorização da identidade sociocultural dos educandos é tarefa essencial que os profissionais da educação devem observar para que a promoção da aprendizagem ocorra eficazmente.

Sobre isso, Fávero (2007, p.55) coloca que:

> Um dos pontos cruciais do ensinar a turma toda é a consideração de identidade sociocultural dos alunos e a valorização da capacidade de entendimento que cada um deles tem do mundo e de si mesmos. Nesse sentido, ensinar a todos reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem uma trama multicor de conhecimentos, cujos fios expressam diferentes possibilidades de interpretação e de entendimento de um grupo de pessoas sobre um mesmo tema/assunto.

Já em 1985, a Lei 7.405/85 torna obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso em todos os locais para que possibilitem o acesso, circulação e utilização destes locais por pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1985).

No Brasil, a Constituição de 1988 é o marco inicial para a transformação dos paradigmas vigentes acerca da inclusão (ou até então, integração social). Contudo, as leis tornam-se ineficazes se com ela não ocorrerem também mudanças práticas no dia a dia, nos contextos reais da sociedade.

Assim, Mantoan (2006, p. 28) coloca que:

> Nossas leis existem, na maioria das vezes, apenas no papel. A constituição de 1988 prescreve a inclusão total e incondicional dos alunos, sendo verdadeiramente revolucionária, vanguardista e muito clara ao se pronunciar sobre o direito de todos à educação. Falta-nos zelar para que suas prescrições sejam colocadas em prática, por meio de políticas sejam colocadas em práticas educacionais que as respeitam e as consolidem nas nossas escolas.

Um dos objetivos promulgados na Constituição é a cidadania e dignidade das pessoas e a exposição do bem estar para todos independente de qualquer outra característica. Sobre isso, Fávero (2007, p. 25) diz que:

> A nossa Constituição Federal elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3°, inc. IV).

Desta maneira, fica clara a garantia de manter sua identidade em todos os espaços da sociedade, o que inclui a escola. O direito ao ingresso à instituição escolar, bem como o direito à educação são elementos importantes também vislumbradas pela Constituição de 1988.

> A Constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela. (FÁVERO, 2007, p. 25)

Através da Constituição fica garantido o ingresso de pessoas com deficiência à educação básica no Brasil. Assim, Fávero (2007, p. 30) continua:

> O acesso a educação, em qualquer nível, é um direito humano inquestionável. Assim, todas as pessoas com deficiência têm o direito de frequentar a educação escolar em qualquer um de seus níveis. O Ensino fundamental é o único considerado obrigatório pela Constituição Federal e, por isso, não pode ser jamais substituído.

Observa-se assim, na Constituição, a garantia do pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem qualquer tipo de preconceito ou outras formas de discriminação, bem como a garantia de escola para todos e a promoção de sua integração à vida comunitária.

O art. 203 da Constituição (BRASIL, 1988) deixa claro, a necessidade de adaptação dos logradouros e edifícios de uso público, além dos veículos de transporte coletivo que devem proporcionar a acessibilidade adequada às pessoas com deficiência.

Já os artigos 227, § 2º, e art. 244, diz que é proibida qualquer discriminação relacionada ao salário, formas de contratação do trabalhador com deficiência e nos artigos 5º e 7º do art. 37, é garantida a reserva de cargos públicos, através de concurso, para pessoas deficiência física. Ainda segundo a Constituição Federal:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade ao direito à vida, à liberdade, à segurança e a propriedade. (art. 5º);
> Garante atendimento educacional especializado aos deficientes, de preferência na rede regular de ensino (art. 208, III);
> Promove programas de prevenção e atendimento especializado pra portadores de deficiência física, sensorial ou mental (art. 227, § I e II);
> Garante o acesso adequado às pessoas com deficiência nos logradouros, edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo (art. 227, § 2º e art. 244);
> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (art. 206). (BRASIL, 1988 [n. p.]).

No ano seguinte, a Lei 7.853/89, de 24 de Outubro (BRASIL, 1989) instituiu a Política Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência fornecendo as normas gerais para todas as áreas da sociedade, incluindo educação, assim, a efetiva inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência. Segundo a Lei 7.853/89, parágrafo único, art. 2º:

> A inclusão, no sistema educacional, da educação Especial com modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e a reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
> A inserção no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
> A oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
> O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um ano, educandos portadores de deficiência;

> O acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
> A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. (BRASIL, 1989 [n. p.]).

Dessa maneira, o Poder Público deverá oferecer o tratamento apropriado (e prioritário) às pessoas com deficiência para que o pleno exercício de seus direitos/deveres seja desempenhado e a "integração" na sociedade ocorra.

No ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90 (BRASIL, 1990), ao fazer considerações acerca do bem-estar da criança, consolida os princípios de Doutrina da Proteção Integral indicada pela ONU, aprofundando ainda o disposto na Constituição.

A Lei 8.069/90 coloca que:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder político, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990 [n. p.]).

Assim, a proteção integral à criança e ao adolescente, de acordo com esse Estatuto considera os direitos infanto-juvenis e estabelece medidas socio-educativas para a proteção legal de seus interesses. O Estatuto da criança e do adolescente inspirado na Constituição, também abordou o dever de atendimento especializado para os menores com deficiência.

Segundo Rosita (2010, p. 22):

> No Estatuto da criança e do adolescente em seu Título I – Das Disposições preliminares, há destaques para a criança com deficiência: no §1º do Art.11 referente ao atendimento médico; no item III do Art. 54, que diz respeito ao dever do estado de assegurar atendimento educacional especializado, preferentemente na rede regular de ensino e no Art. 66, alusivo no trabalho protegido.

Mesmo assim, ainda existe certa recusa por parte de algumas entidades educativas para receber alunos com deficiência. Assim, continua Rosita (2010, p. 22) em sua crítica:

> Está tudo previsto e escrito. Precisa ser concretizado. Na área da educação, eixo deste trabalho, inúmeras são queixadas de recusa de matriculas na escola comum de alunos com deficiência, apesar da lei 7.853/89 e do Decreto 914/93. Parece que só leis e decretos não bastam.

Em 1991, a Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991) proporciona ao beneficiário incapacitado (total ou parcialmente) de assumir suas tarefas trabalhistas e às

pessoas com deficiência, formas de (re) educação para a (re)adaptação social dentro do contexto vivenciado.

Outros documentos essenciais que inspiraram grandes e variadas modificações no cenário educacional nacional foram a Declaração de Jomtiem realizada na Tailândia em 1990, e a declaração de Salamanca fruto da Conferencia Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, promovida pela UNESCO em 1994.

A Declaração de Salamanca explica que as necessidades educativas especiais (referidas no presente documento) referem-se aos jovens e crianças em que as necessidades passem a existir através de suas capacidades ou dificuldades de aprendizagem.

Afirma Rosita (2010, p. 46, grifo do autor):

> Independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, todos devem ser recebidos em todas as escolas (item 3, Declaração de Salamanca). “Uma escola que inclua a todos, que reconheça a diversidade e não tenha preconceitos contra as diferenças, que atenda às necessidades de cada um e que promova a aprendizagem”.

Especificamente, a declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática de orientação inclusiva, a escola regular é a melhor forma de combate às atitudes discriminatórias criando assim identidades abertas, além de proporcionar um norteamento apropriado para a maioria das crianças.

A prioridade dos documentos mencionados recai sobre os grupos sociais menos favorecidos economicamente, pessoas que não sabem ler/escrever que já passaram da idade prevista para alfabetização na escola comum, pessoas com deficiências, entre outros.

Sobre isso Rosita (2010, p.22) coloca que:

> Documentos produzidos em conferencias mundiais (como a de Jomtiem, 1990 na Tailândia e a de Salamanca, 1994) alertam para a prioridade que, nas Políticas Educacionais, deve ser conferida aos grupos mais desfavorecidos e vulnerabilizados pela condição de pobreza, aos analfabetos maiores de 15 anos, às populações rurais, às minorias de seis anos, aos alunos com dificuldades de aprendizagem e aos portadores de deficiência.

Todas as crianças aprendem através das interações com o outro, assim, a aprendizagem precisa ser analisada de forma coletiva observando os variados modelos e padrões de escola que o Brasil apresenta.

A declaração de Salamanca além de propor a inclusão em âmbito escolar também considera que cada caso precisa ser pensado para se assegurar o bem estar do aluno com deficiência. De acordo com ela, alguns casos, o ensino comum poderia não atender as necessidades específicas de certos alunos.

Assim, Baptista (2006, p. 151) diz que:

> A declaração de Salamanca, ao mesmo tempo em que propõe a educação inclusiva matriculando todos os alunos em escolas regulares, abre espaço para que, em determinados casos isso não ocorra, quando acrescenta “a menos que existe existam fortes razões”? A exceção seria para aqueles casos menos frequentes onde nos quais a educação na classe comum fosse incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança.

A recomendação da Declaração de Salamanca é a de que as escolas recebam, incondicionalmente, todas as crianças sem distinção de nenhum modo, além de considerar as classes e as escolas especiais como exceções indicáveis apenas para certos casos em que as necessidades educacionais ou sociais não possam ser satisfeitas na escola regular.

A Declaração de Salamanca deve ser considerada como marco histórico para a educação especial no Brasil e no mundo. Muitas foram as contribuições que ela trouxe para a questão da inclusão escolar de pessoas com deficiências.

De forma geral, Rosita (2010, p. 48) elenca outros pontos importantes que esta declaração trás. São elas:

> a) a preocupação com os alunos que apresentam necessidades especiais e que residem nas áreas rurais, normalmente mais carentes de recursos de toda a ordem; b) a recomendação de buscar apoio da comunidade; c) a otimização dos recursos disponíveis; d) a elaboração e implementação de políticas educacionais que contemplem todas as crianças, jovens e adultos de todas as regiões do país, independentemente de suas condições pessoais e econômicas, e por toda a vida; e) as linhas de ação devem ser consideradas tanto para as escolas governamentais, quanto para as particulares.

Dois anos após a promulgação da Declaração de Salamanca, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) entra em vigor no Brasil trazendo consigo traços das ponderações iniciais de Salamanca.

De acordo com a essa Lei no artigo 58, a educação especial é definida como uma modalidade oferecida para alunos com necessidades educacionais especiais onde deverá ocorrer preferencialmente no ensino regular.

Acerca do atendimento educacional especializado, de acordo com a nova LDB, ela acontecerá nas classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que não for possível a integração dos alunos nas classes comuns do ensino regular. “A

referida lei versa ainda sobre as adaptações curriculares, metodológicas, organizacionais e de especialização de professores para atender esses alunos" (RAIÇA, 2006, p. 13).

De acordo com Fávero (2007, p. 29):

> O atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. São consideradas matérias do Atendimento Educacional Especializado: Língua Brasileira de sinais (LIBRAS); interpretação de LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; código braile; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivistas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras.

É importante ressaltar que o direito ao Atendimento Educacional Especializado, previsto pela LDB e na Constituição Federal, não substitui o direito à escolarização do ensino regular. Como afirma Fávero (2007, p. 27):

> A interpretação errônea que admite a possibilidade de substituição do ensino regular pelo especial está em confronto com o que dispõe a própria LDBEN em seu artigo 4º, inciso I22 e em seu artigo 6º e com a Constituição Federal, que também determina que o acesso ao Ensino Fundamental obrigatório (art. 208, § I).

As políticas públicas de inclusão devem visar programas de capacitação e formação continuada que dêem os subsídios necessários ao trabalho docente para que haja a diminuição de todas as manifestações relativas à exclusão escolar, não apenas para alunos com deficiência, mas, a educação como um todo.

Mantoan (2006) reitera o dispositivo da LDB, na Res. 2/01 (art. 18) onde define que os professores devem ratificar durante a sua formação que, foram adicionados conteúdos sobre a Educação Especial, para serem considerados capacitados a atender alunos com necessidades específicas em classes comuns.

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura (MEC) é o organismo oficial que está ao encargo do planejamento de ações voltadas ao atendimento educacional especial.

Segundo Raiça (2006, p.14):

> Nos últimos anos, esse órgão tem, cada vez mais, pautado políticas e programas em princípios inclusivos buscando transformar as escolas públicas em espaços que valorizem a diversidade e o atendimento das necessidades específicas de cada educando. Mas nem sempre foi assim. Por muitos anos, a educação especial ocorreu em espaços separados, seja em escolas especiais, seja em classes voltadas para determinado tipo de deficiência.

Através do exposto, observa-se que existem vários instrumentos legais que assistem as pessoas com algum tipo de necessidade educacional especial, porém, estes direitos devem se concretizar através de obras que garantam a efetiva acessibilidade.

Em 2000, a Lei 10.098/00 (BRASIL, 2000) estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Mais recentemente, em dezembro de 2004 foi publicado o Decreto n° 5.296/04, que regulamenta as Leis n° 10.048/00, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098/00, de 19 de dezembro de 2000, que institui critérios básicos para a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou qualquer tipo de deficiência.

Segundo o art. 19 da Lei 5.296/04:

> A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade.
> § 1° - No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004 [n. p.]).

Percebe-se então, que o Brasil, em termos legais, é um país considerado adiantado, mas há neste contexto, a maior necessidade do envolvimento da família e da comunidade numa relação de mutualidade junto ao Estado para a promoção do desenvolvimento inclusivo.

Espera-se que a escola intencione ser um espaço privilegiado de formação e de exercício da cidadania, onde se desenvolva a aprendizagem e a participação inter-relacional, tanto para os alunos como para a comunidade em geral.

De acordo com Rosita (2010, p. 52):

> Para garantir o sucesso da concretização desta intencionalidade educativa, há que superar as barreiras existentes em suas múltiplas origens e intensidades, para o que se faz necessário: (a) libertar o aluno da condição de solitário responsável por seu insucesso na escola, (b) identificar todos os obstáculos que lhes impedem ou dificultam seu sucesso no processo de aprendizado, (c) analisar o contexto em que a aprendizagem se realiza e, (d) abandonar, definitivamente, os rótulos, quaisquer que sejam.

Os avanços alcançados nesta última década servem como estímulo para melhorias que ainda resta ser aplicadas no país acerca da proposta inclusiva de

modo a garantir o direito de aprender a aprender com o diferente e aprender a conviver com a diversidade.

Os vários dispositivos legais apresentados procuram garantir os direitos de todos, estando abertos ainda, a melhorias e adaptações no espaço social para que não ocorra (ou pelo menos diminua) a exclusão.

Foram dados apenas os primeiros passos para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, restando assim, muito ainda para se (re)construir na esperança de alcançar condições de vida, trabalho e educação igualitárias para todos.

3 A DEFICIÊNCIA FÍSICA NA SOCIEDADE ATUAL: a inclusão no contexto educacional

Os tipos de deficiência física, de acordo com publicação do Ministério da Educação (BRASIL, 2006), podem ser classificados em hemiplegia (paralisia em apenas um lado do corpo – direita ou esquerda), paraplegia (paralisia das pernas) e tetraplegia (paralisia dos braços e pernas).

Estes três tipos de deficiência podem, ainda, ter diversas causas. São elas:

> • Paralisia Cerebral: por prematuridade; anóxia perinatal; desnutrição materna; rubéola; toxoplasmose; trauma de parto; subnutrição; outras.
> • Hemiplegias: por acidente vascular cerebral; aneurisma cerebral; tumor cerebral e outras.
> • Lesão medular: por ferimento por arma de fogo; ferimento por arma branca; acidentes de trânsito; mergulho em águas rasas. Traumatismos diretos; quedas; processos infecciosos; processos degenerativos e outros.
> • Amputações: causas vasculares; traumas; malformações congênitas; causas metabólicas e outras.
> • Febre reumática – doença grave que pode afetar o coração;
> • Câncer;
> • Miastenias graves que consistem num grave enfraquecimento muscular sem atrofia. (BRASIL, 2006 [n. p.])

Para entender como a deficiência física (independentemente de suas causas) podem vir a ser um grande desafio a ser superado socialmente, precisa-se antes, entender a parcela de importância que cada setor da sociedade possui, seja ele econômico, político, social ou educativo.

No setor educacional, observa-se que o processo de participação e interação da criança com deficiência física junto às demais crianças poderá ser facilitado com um trabalho que privilegie a diversidade, o que ajudará, inclusive, o desenvolvimento do aluno com deficiência.

> Neste sentido, a criança com deficiência física não pode estar em um mundo á parte para desenvolver habilidades motoras. È preciso que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence. È muito mais significativo á criança desenvolver habilidade de andar se para ela está garantido o seu direito de ir e vir. (SCHIRNER, 2007, p. 16).

A inclusão de alunos com deficiência física na escola é tão importante que o próprio desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e integral da criança é incentivado. Mas isso ocorrerá quando, em um primeiro momento, o profissional habilitado conseguir identificar o tipo ou grau de deficiência para poder traçar estratégias de atuação.

Ainda segundo Schirner (2007, p. 20):

> Na escola encontraremos alunos com diferentes diagnósticos. Para os professores será importante a informação sobre quadros progressivos ou estáveis, alterações ou não, sensibilidade tátil, térmica ou dolorosa; se existem outras compilações associadas como epilepsia ou problemas de saúde (respiratórios, cardiovasculares, etc.) que requerem cuidados e medicações. Essas informações auxiliarão o professor especializado a conduzir seu trabalho com o aluno e orientar o professor da classe comum sobre questões específicas de cuidados.

Dessa forma, fica clara na fala do autor a necessidade de se conhecer previamente o quadro progressivo do aluno para que a própria escolha do material didático e metodologia aplicada possam suprir as necessidades desse aluno.

Mesmo que apresente dificuldade na realização de algumas atividades escolares, é importante sua participação e frequência na escola. Ele só poderá desenvolver-se apropriadamente ao ser motivado e desafiado a participar ativamente das tarefas.

Schirner (2007, p. 23) afirma que:

> Um aluno com deficiência física pode ter dificuldade em realizar muitas das tarefas rotineiras na escola e por isso depende de ajuda e cuidados de outra pessoa. Não participando ativamente das atividades escolares, ele fica em desvantagem, pois não tem oportunidades de se desafiar e criar como seus colegas.

Essa dificuldade na realização das tarefas diárias é ainda mais complicada por causa dos altos índices de desigualdade existentes hoje em dia. Esta desigualdade social afeta diretamente as próprias relações sociais, perpetuando assim, uma visão por vezes preconceituosa e discriminativa no tocante ao outro, ao diferente.

O setor político, de acordo com Rosita (2010), tem a tarefa (muitas vezes negligenciada) de criar estratégias para que as situações de exclusão – de qualquer ordem – não aconteçam.

Sobre isso, Rosita (2010, p. 101) afirma que:

> Sob o aspecto político, o principal efeito da exclusão está na qualidade da cidadania e da participação dos excluídos na vida do país. A conjuntura sociopolítica e econômica os coloca na condição de subalternidade, de massa de manobra, sujeitos fáceis do clientelismo, distantes da desejada emancipação.

A subalternidade e o clientelismo que a autora se refere só poderiam deixar de ser uma realidade latente através da reflexão e atuação intencional das pessoas, o que só ocorre com uma educação de qualidade e aberta para todos. É por isso que assegurar a igualdade de condições para todos é tarefa tão importante.

O atual contexto nacional tenta gravar uma marca permanente nas políticas públicas – inclusive a educação. Esse modelo define a presente política de “inclusão” dos alunos com deficiência, muitas vezes condenando à exclusão aqueles tidos como “despreparados/incompetentes” e assegurando a cada indivíduo “normal” a possibilidade de qualificar-se para conquistar grandes oportunidades de trabalho.

Esse cenário caracterizado por grandes e variadas mudanças, faz o forte convite para se repensar o papel da escola. Por isso, é tão importante criar oportunidades de inserção pessoal na sociedade visando atender as necessidades de cada indivíduo.

No âmbito educacional, a questão da acessibilidade vem avançando em grande escala, mas observa-se ainda a urgente necessidade de mudanças efetivas que perpassam desde a estrutura física da escola até a qualidade do processo de ensino e aprendizagem nas escolas.

Porém, como afirma Rosita (2010, p. 24), esse sentimento de responsabilidade pelas crianças com deficiência e garantir o acesso facilitado para elas, apenas se consolidou após o advento do cristianismo, uma vez que, anteriormente, “as crianças deficientes eram sacrificadas, porque eram percebidas como estorvos ou como manifestações demoníacas, que precisavam ser segregadas, excluídas e eliminadas”.

Assim, observa-se que atualmente a preocupação social está em fornecer condições para que as pessoas com deficiência se utilizem, de forma autônoma e com segurança, de todos os espaços, serviços de transporte, dispositivos, equipamentos e meios de comunicação que tanto a comunidade quanto a escola oferecem.

De acordo com Rosita (2010, p. 27):

> Embora sejamos a décima economia do mundo e disponhamos de uma das mais progressistas leis para a infância e adolescência, ainda estamos longe de garantir, de fato, os direitos à educação de nossa população de portadores de deficiência. O acesso (entendimento como o percurso de casa à escola) de muitos alunos deficientes geralmente está limitado, em função das barreiras arquitetônicas existentes e as dos meios de transporte que, em sua quase totalidade, não estão adaptados.

Isso significa que, não se pode aceitar que um aluno com deficiência seja colocado no mesmo espaço que as demais, sem que a escola dê o suporte necessário para atender suas especificidades. Todos os alunos têm direito a um apoio pedagógico especializado, bem como, direito a locomoção em todos os

ambientes da escola, acesso facilitado aos recursos materiais e pedagógicos que esta possa proporcionar.

Os debates sobre educação inclusiva introduziram mudanças na área pedagógica e nas próprias propostas de intervenção dando espaço para a transformação nos serviços especializados. Isso implica colocar em sintonia os projetos de mudança e o que realmente é visto no cotidiano escolar.

Fávero (2007, p. 45) critica esta dissociação entre teoria e prática afirmando que:

> A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais).

Acrescenta-se a isso, o fato de que inúmeras escolas comuns – da rede regular de ensino – estão (pedagógica e fisicamente) despreparadas para receber alunos com deficiência. Assim, a instituição especializada deve oferecer apoio e esclarecimentos aos profissionais de ensino das escolas comuns para que o atendimento desses alunos seja significativo.

Enquanto espaço inclusivo, a escola tem gerado várias reflexões e discussões que vão desde suas dimensões físicas, até a arquitetura, transporte, acesso, conhecimentos e valores, o que a torna um espaço de certo modo complexo. O grande desafio está em como promover a inclusão de alunos com deficiência nesse lócus tão complexo de forma responsável e competente.

A Lei n° 7.853/89, artigo 8º que Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, dá suporte para o ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, caso essas escolas se recusem a receber/realizar as matrículas desses alunos, cabe então, fazer o encaminhamento ao Ministério Público que tomará as medidas cabíveis para o caso.

Segundo Rosita (2010) as causas mais citadas para explicar a recusa de alunos com deficiência é a falta de vagas (real ou usada como desculpa) e a indisponibilidade de professores especializados para o atendimento.

No que se refere à evasão escolar, Rosita (2010, p. 135) diz que:

> A evasão tem causas bem mais difusas, embora normalmente esteja associada ao fracasso escolar. O aluno abandona a escola após repetir a mesma série por vários anos e, se retorna, além da distorção idade/série, enfrenta como enorme obstáculo seu sentimento de autoestima negativa.

Ainda segundo a autora:

> No âmbito da educação escolar, há que referir duas formas de exclusão: a que impede o acesso e o ingresso de pessoas com deficiência nas escolas regulares e a que expulsa as que ingressaram, mas não conseguem permanecer. (ROSITA, 2010, p. 24).

Dessa forma, compreende-se que a Educação Inclusiva transforma toda essa visão assistencialista de educação especial. E isso somente acontecerá quando houver a real reflexão sobre os pontos desafiadores que a Educação Inclusiva nos incita a combater.

Alguns desses pontos a serem superados são: a possível segregação social associada à má experiência educativa, o afastamento do aluno por suas reais (e desfavoráveis) condições de vida, bem como a tendência de manter em vigor um modelo de atendimento médico que procura “curar” ou corrigir o sujeito considerado anormal.

Assim, é preciso traçar metas para que os profissionais de ensino estejam capacitados para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Uma das maneiras de se conseguir isso é através da sua formação continuada que deve ser priorizada dentro do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola.

Segundo Mantoan (2006, p. 69):

> As mudanças a serem implantadas devem ser assumidas como parte da responsabilidade tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público, pois se, por um lado, garantir educação de qualidade para todos implica somar atuações de várias instâncias, setores e agentes sociais, seus resultados - por outro lado - poderão ser desfrutados por todos, já que a educação escolar pode propiciar meios que possibilitem transformações na busca de melhoria da qualidade de vida da população. E isso é de interesses de todos!

Nesse sentido, as mudanças necessárias para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, abrangerá a sociedade como um todo. No entanto, a escola deve proporcionar a todos, conhecimentos e capacidade crítica, isto é, “as ferramentas estratégicas capazes de contribuir para o pleno desenvolvimento individual. Todos esses são valores defendidos na proposta de educação inclusiva” (ROSITA, 2010, p. 108).

Segundo Raiça (2006, p. 43):

> Preparar a escola para atuar na modalidade inclusiva é um grande desafio para os gestores das escolas públicas e particulares, mas acima de tudo é um desafio ao próprio professor, que precisa reestaurar-se de acordo com os novos paradigmas, já que a inclusão é um movimento mundial cada vez mais consolidado, no meio educacional.

Assim, o preparo deve começar com a formação pedagógica. O próprio currículo dos cursos da área de educação, como a Pedagogia, por exemplo, tem visto a necessidade de superar os desafios impostos para o ensino inclusivo e vêm inserido em suas grades curriculares, temas e discussões que remetem à Educação Inclusiva. Essas mudanças irão refletir diretamente na atuação dos futuros profissionais de ensino.

Quando os professores devidamente capacitados (habilitados) para o trabalho educativo vêem a importância de incentivar todos os alunos, ele está criando as oportunidades adequadas para que o desejo de aprender e a vontade de ir a escola aconteçam, uma vez que todos terão a real oportunidade de participar das atividades propostas.

Nessa perspectiva, educar não é apenas criar espaços para os alunos com deficiência, mas, sobretudo é criar espaços especializados capazes de lhes proporcionar uma vida plena.

Dessa maneira, segundo Raiça (2006, p. 55):

> As aulas deverão ser organizadas, tendo objetivos claros que mantenham todos motivados e interessados pelo aprender. No ambiente de aprendizagem, o ritmo de cada um na absorção das situações de aprendizagem deverá ser respeitado, entre e por todos os companheiros de classe; tais situações poderão ser em sala de aula ou extraclasse.

Nesse processo, a escola deverá ter o apoio da família para que o aprendizado seja significativo. Somente a parceria, destas duas instituições – tanto a familiar quanto a escolar – quando bem estabelecida, é que poderá facilitar e melhor promover as situações de aprendizagem.

Portanto, observa-se que as relações entre a família e a escola deverão estar em permanente colaboração umas com as outras, pois é somente através desta aliança é que as ações de grande valor para a aprendizagem do alunado serão facilitadas.

Sobre a relação família e escola, Raiça (2006, p. 69) afirma que:

> Nesse processo de interação família e escola, estarão sendo beneficiados alunos, pais e professores. Cabe, entretanto, sensibilizá-los no sentido de perceber e conhecer a importância da relação, haja vista que isso sempre ocorre em nossa realidade.

Assim, a família assume um papel importante na parceria com a escola. Escola e família devem caminhar juntas! Os pais e responsáveis tem a grande oportunidade de auxiliar os professores nesse processo contínuo, devendo desta maneira, ser considerados aliados – não opositores às diretrizes da escola –, da

mesma forma que a escola deve vir para somar aos ensinos que a família prioriza em casa, respeitando e compreendendo suas limitações.

Então, fica fácil perceber que a educação escolar pede vir a ser uma excelente ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico e político-cultural da sociedade visando assim, a garantia dos direitos básicos à cidadania para todos.

Portanto, tanto a administração quanto o planejamento e execução das tarefas escolares devem ser feitos de maneira democrática, abrindo espaço para todas as manifestações culturas e étnicas do corpo discente, respeitando também, os princípios expostos na Constituição Nacional.

Assim, Segundo Rosita (2010, p. 21):

> O grande desafio é, portanto, identificar modo mais seguro de evitar que, apesar dos direitos constarem solenemente dos discursos, não continuem a ser, tão lamentavelmente, violados na pratica. A violação de direitos é, sem dúvida, um dos mais significativos entraves à democracia e à paz.

O caminho de tentar construir uma sociedade cada vez mais inclusiva vem ganhando espaço à cada dia e é dentro da instituição escolar que essa caminhada deverá ter inicio, afinal, é na a escola que o papel de sensibilizar os diferentes segmentos da sociedade acontece mais eficazmente.

Assim, ela será definida como uma educação de qualidade e que supera os desafios impostos pela realidade desigual que ainda é vivenciada, quando trabalhar a inclusão social e conseguir, através disto, proporcionar melhores oportunidades para os grupos excluídos, promovendo as transformações necessárias para que a inclusão ocorra.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO

A Escola Atual atende a comunidade desde os anos de 1980 com o Ensino Fundamental de 1º ao 6º ano nos turnos matutino e vespertino. A maioria dos educandos são filhos de lavradores, funcionários públicos e domésticas, alguns alunos vivem somente com as avós ou padrinhos.

A escola atende crianças da periferia da cidade de um conjunto de famílias semi-analfabetas, sendo que, a maioria recebe benefício do Governo Federal. É uma comunidade que vem aos poucos interagindo com as atividades pedagógicas da escola, principalmente no acompanhamento dos estudos de seus filhos.

Estavam matriculados no ano letivo de 2012, 11 (onze) alunos com deficiência sendo 01 (um) cadeirante, 02 (dois) deficientes visuais e 08 (oito) alunos com deficiência intelectual.

A escola fica situada em um ponto de fácil localização onde contribui para que as crianças estejam próximas de suas residências. De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP, os estudantes demonstram gostar da escola sendo privilegiadas no que diz respeito à interação entre comunidade e escola.

A estrutura física da escola consta: 01 (uma) secretaria, 01 (um) depósito, 06 (seis) banheiros, 09 (nove) salas de aula, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) sala para TV e 01 (uma) quadra de esporte descoberta.

O quadro de pessoal da escola é composto por: (01) uma diretora, (01) uma recepcionista, (01) um datilógrafo, (01) uma Especialista em Educação, (02) dois auxiliares de secretaria, (24) vinte e quatro professores, sendo 21 com formação superior, um está cursando letras e três possuem magistério.

Quanto ao grau de escolaridade dos que compõe o quadro de funcionários desta escola: a gestora tem formação superior em História; dos auxiliares de secretaria, (01) uma tem formação superior e o outro está cursando Biologia; dos sete zeladores: seis possuem o 2º grau e um é apenas alfabetizado. Todos os três vigias possuem 2º grau.

Ainda de acordo com o PPP da instituição, a grande parte dos alunos não realiza as atividades de casa por falta de acompanhamento dos pais e responsáveis, mas participam das atividades culturais, festivas e didáticas da escola.

4.1 Metodologia da pesquisa

A presente pesquisa surgiu do interesse de refletir sobre os desafios encontrados acerca da acessibilidade para crianças com deficiência física na Escola Atual. Assim, utilizou-se o método qualitativo para a coleta dos dados analisados.

De acordo com Marconi e Lakatos (2006, p. 269):

> Metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.

Segundo Demo (2011, p. 59):

> O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o balançar da cabeça, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode ser imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala.

Através da pesquisa qualitativa é possível ter uma visão mais ampla do cenário e sujeitos investigados. Este método auxilia ainda, na percepção mais abrangente dos problemas que se espera observar, fornecendo um aspecto diferenciado para a compreensão da realidade analisada.

Para a coleta de dados utilizou-se a observação direta, registro de imagens, a aplicação de questionários com o pai de um aluno com deficiência física e para a mãe de um aluno sem deficiência, bem como, aplicação de questionário para a gestora e uma professora da escola campo.

Segundo Vergara (2011, p. 43):

> A pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno, ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, teses e observações de participantes ou não.

Assim, a análise dos dados coletados se deu através da transposição das informações pesquisadas para tabelas que facilitarão a compreensão das respostas.

O objetivo principal que guiou esta pesquisa foi refletir sobre as reais condições em que se encontra a escola campo da pesquisa em relação a acessibilidade para pessoas com deficiência física.

A coleta de informações foi feita em um período de seis meses (entre julho de 2012 e janeiro de 2013), onde foram feitas as observações, registro por fotografias da estrutura arquitetônica da Escola Atual e a aplicação dos questionários com os profissionais da escola e pais de alunos, deixando claro que a

identidade dos entrevistados, bem como da escola, serão mantidos em sigilo para resguardar suas identidades.

Assim, faz-se, a seguir, a análise dos resultados obtidos com a investigação a partir da reflexão do material coletado.

4.2 Análise dos dados coletados

Para melhor compreensão dos dados coletados transpôs-se as respostas dos questionários para tabelas informativas que facilitarão a reflexão dos elementos pesquisados.

Os dois primeiros questionários foram aplicados com uma professora que leciona para alunos com necessidades educacionais especiais e à gestora da escola.

As perguntas iniciais enumeradas nos questionários dizem respeito à identificação pessoal e formação das profissionais. Colocadas de maneira sucinta, essas informações podem ser resumidas de acordo com a tabela I.

Tabela 1: Identificação do quadro pedagógico pesquisado

IDENTIFICAÇÃO DO QUADRO PEDAGÓGICO PESQUISADO		
	GESTORA	**PROFESSORA**
IDADE	42 anos	42 anos
FORMAÇÃO	História	Pedagogia
TEMPO DE MAGISTÉRIO	15 anos	18 anos

Fonte: dados da pesquisa

Ambas são do gênero feminino, têm 42 anos de idade e possuem formação superior. A gestora, graduada em História e a professora em Pedagogia, atuam na area entre 15 e 18 anos.

Indagada se a escola tem alunos com deficiência, a gestora confirmou a presença de 11 (onze) alunos com deficiência na Escola Atual, sendo 01 (um) cadeirante, 02 (dois) deficientes visuais e 08 (oito) alunos com deficiência intelectual. Destes alunos, 03 (três) estudam na sala da professora entrevistada nesta pesquisa, sendo um cadeirante e dois com deficiência visual.

A questão seguinte diz respeito aos desafios encontrados em se trabalhar com crianças com deficiência física na escola.

Tabela 2: Desafios para o trabalho educativo com deficientes físicos

QUAL O MAIOR DESAFIO (SE EXISTIREM) EM SE TRABALHAR COM ALUNOS COM DEFICIENCIA FÍSICA?	
GESTORA	Falta acompanhamento da família, profissionais capacitados e espaço físico estruturado para atender a demanda. A escola é bastante procurada pelas famílias que têm crianças com deficiência, mas no meu entender, não estamos preparados para atender essa demanda.
PROFESSORA	O maior desafio é a falta de experiência dos profissionais de ensino, ou seja, estudo e capacitação.

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com a fala das entrevistadas, as duas consideram haver desafios no trabalho educacional de alunos com deficiência física. Entre os desafios citados, estão: a ausência da família na escola, o despreparo dos profissionais de ensino e a falta de estrutura física adaptada para atender as necessidades desses alunos.

A participação da família na escola é um elemento importante que deve estar presente na vida estudantil. Esta é uma relação mútua de troca que influencia diretamente o rendimento escolar dos alunos. Tanto o trabalho educacional prestado pela escola quanto o apoio e acompanhamento da família nas tarefas dos filhos são ações que se completam.

Segundo Oliveira (2005, p. 65):

> A escola completa a família, principalmente na função pedagógica, sendo de grande importância o entrosamento família-escola na execução da tarefa educativa. Alguns trabalhos de pesquisa no campo educacional têm mostrado que os padrões familiares podem influenciar o rendimento escolar dos filhos.

Esse trabalho conjunto ajuda a criança em sua formação integral possibilitando o desenvolvimento de suas plenas funções sociais tornando-a crítica, ativa e socialmente participativa. As duas instituições (tanto a familiar quanto a instituição de ensino) são responsáveis pela construção cultural e de socialização da criança no mundo.

A formação de conduta do sujeito não deve, portanto, limitar-se apenas aos serviços que a escola desenvolve com os educandos, pelo contrário, deve ser uma responsabilidade compartilhada com a família.

Segundo Dessen e Polonia, (2007, p. 22):

> A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento cultural organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Desse modo, compreende-se, que no caminho social dos sujeitos, a família é a peça principal neste percurso, juntamente com a escola, uma vez que o sucesso escolar depende da colaboração dela, fornecendo assim, informações necessárias que a ajudarão na formação social do indivíduo.

Assim, pode-se observar que a participação da família na escola (ou a ausência dessa participação) poderá tanto ajudar seu desenvolvimento e crescimento físico, emocional e cognitivo, quanto inibir esse processo, o que ocasionará consequências levadas para toda a vida.

A tarefa de educar é uma responsabilidade de todos e é inclusive reconhecida pela Lei 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que trata sobre o dever e obrigações da família na educação dos filhos, os artigos 4 e 55 da referida lei, afirmam que:

> Art.4: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.
> Art.55: Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990 [n. p.]).

De igual forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), Lei 9.394/96, apoia as ideias contidas nos artigos mencionados pelo ECA, afirmando que:

> Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 6º: É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores. (BRASIL, 1996 [n. p.]).

Desse modo, os direitos infantis não se limitam apenas ao espaço familiar e nem a escola é tida como a única responsável pela educação da criança. Ela deve ser respeitada como ser pensante que é, e ter seus direitos – garantidos por lei – postos em prática.

Mas para que esse processo aconteça da maneira mais eficaz possível, a escola deve preocupar-se em preparar e oportunizar o constante aperfeiçoamento de seus profissionais. Baptista (2006, p. 107) afirma que: “dos educadores são

exigidas capacidades para inovações profissionais, com criatividade e adequações qualificativamente diferenciadas quanto ao saber e ao saber-fazer docente".

Paulo Freire (1996) coloca que os saberes docentes devem ser entendidos como um processo de busca e atualização contínua, onde ocorra o apoio imprescindível para que o trabalho do educador aconteça. Isso deve levar em consideração ainda, um piso salarial que valorize o profissional, as condições de trabalho, gestão, currículo escolar e sua formação.

Para que esses elementos sejam garantidos a LDB (BRASIL, 1996) aborda no Título VI, sobre os profissionais da Educação. Dessa forma, a Lei 9.394/96 afirma que:

> A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:
> I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
> II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
> III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 1996 [n.p.]).

Assim, observa-se que o ensino que privilegie um ensino significativo deve estar pautado, entre outras coisas, à necessidade da formação inicial e continuada dos profissionais da area. Cursos de capacitação, também são importantes instrumentos para a qualificação destes e esse preparo deve ser priorizado principalmente no que se refere à educação inclusiva.

Quando a família coopera com o trabalho escolar e os profissionais estão preparados para atender às especificidades de cada aluno, pode-se ver a inclusão na escola tomar um caminho novo, priorizando o respeito à diversidade e criando espaço para a concretização da acessibilidade.

O terceiro desafio apontado pelas entrevistadas é sobre a adaptação da estrutura física da escola que ainda precisa de melhorias para atender satisfatoriamente aos alunos com deficiência física.

Ainda sobre isso, indagou-se sobre a acessibilidade e adaptação do ambiente para atender às necessidades dos alunos com deficiência física.

Tabela 3: Adaptação da estrutura física da escola e acessibilidade

VOCÊ ACHA QUE A ESTRUTURA DA ESCOLA ESTÁ ADAPTADA OU PRECISARIA MELHORAR?	
GESTORA	Desde 2007 que o Governo Federal vem instalando salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de todo país. Mas, apesar desse progresso, acredito como gestora, que a escola (como um todo) não está preparada para atender, desenvolver e trabalhar educação inclusiva. Os docentes não estão preparados para trabalhar com deficientes físicos, mentais e não temos cursos voltados para a qualificação de pessoal.
PROFESSORA	Sim, mas há sempre algo a melhorar.

Fonte: dados da pesquisa

A professora considera que a escola está devidamente adaptada, porém considera ainda, que existem melhorias a serem realizadas, mesmo não especificando que melhorias são estas.

A gestora, por sua vez, reafirma sua fala anterior ao insistir que a escola ainda não pode ser considerada como inclusiva, ou totalmente adaptada. Primeiro por falta de qualificação dos profissionais que trabalham na instituição e segundo pela questão da estrutura física.

O apoio financeiro que o Governo Federal distribui às escolas, de acordo com a gestora, não tem sido suficiente para fazer as adaptações necessárias. Estas adaptações devem seguir uma norma específica em relação ao espaço e metragem das instalações e rotas de acesso.

Com a regulamentação da Lei Federal de Acessibilidade nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000), as especificações técnicas que garantem a acessibilidade de deficientes físicos ou com mobilidade reduzida passaram a ser detalhadas na norma NBR 9050/04 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Desse modo, todas as escolas brasileiras devem se adequar a essa Lei dispondo de acessos, sinalização, rampas, banheiros adaptados, entre outras modificações arquitetônicas necessárias para permitir a circulação e permanência de pessoas com deficiência nesse ambiente.

Para entender se a escola pesquisa realmente está adaptada ou não aos padrões preestabelecidos por lei, observa-se o que a ABNT descreve para a acessibilidade nas escolas.

Segundo a NBR 9050:2004 (ABNT, 2004) a entrada destinada aos alunos deve ter pelo menos uma rota acessível – livre de escadas e com espaço para a circulação de cadeirantes –, dando acesso a todos os ambientes da escola.

Todo o mobiliário escolar como, bebedouros, guichês e balcões de atendimento devem respeitar as areas de aproximação e manobra do usuário de cadeira de rodas. Deve existir no mínimo 01 (um) bebedouro acessível, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. A manipulação dos copos e acionamento dos bebedouros deve estar na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso.

Os balcões de atendimento devem permitir a aproximação frontal de pelo menos uma cadeira de rodas e apresentam altura de 0,80m com altura livre mínima de 0,70m do piso. As portas devem ter um vão livre de no mínimo 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Também devem respeitar as distâncias de aproximação frontal e lateral.

As lousas devem estar posicionadas em altura inferior máxima de 0,90 m do chão, levando-se também em consideração a disposição do mobiliário, bem como, o alcance visual dos cadeirantes.

As mesas (das salas de aula e dos refeitórios) devem ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do solo e pelo menos 1% do número de carteiras – com no mínimo uma para cada duas salas de aula – deve ser acessível à cadeirantes. Os corrimãos das rampas devem ser instalados em duas alturas: 0,70m e 0,92m do chão. Ainda segundo a norma NBR 9050/04 da ABNT, no mínimo 5% dos sanitários – pelo menos um para cada sexo – devem ser acessíveis.

Os banheiros devem possuir barras de apoio para o vaso sanitário e para os lavatórios; area suficiente para manobras de cadeirantes; porta de acesso de no mínimo 0,80m de largura; torneira do tipo pressão; maçanetas do tipo alavanca; barras laterais de apoio para o uso dos sanitários; assentos sanitários a 0,46m do piso; altura da pia de 0,80m do piso e respeitando uma altura livre de 0,70; borda inferior dos espelhos a uma altura de 0,90m do piso, podendo atingir o máximo de 1,10m e com inclinação de 10 graus.

Além disso, toda a escola deve possuir areas de circulação sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso; os mobiliários não podem apresentar obstáculos (escadas) para a circulação plena de cadeirantes garantindo o fluxo livre para os diversos espaços da escola; todas as portas e portões devem ter largura mínima de 0,80 m.

Compreendendo as ponderações da ABNT para as modificações arquitetônicas necessárias para tornar a escola um espaço acessível à todos, faz-se uma reflexão sobre o observado na Escola Atual. Abaixo segue algumas fotos dos ambientes da escola que confirmam a fala da gestora ao afirmar que a instituição ainda não está devidamente adaptada para atender as necessidades de pessoas com deficiência física.

Figura: 1 Porta de acesso ao banheiro



Fonte: dados da pesquisa

Figura 2: Banheiro



Fonte: dados da pesquisa

As fotos coletadas mostram que os banheiros da escola possuem apenas rampas na entrada e barras de apoio nos sanitários. A metragem disposta pela ABNT para que haja espaço nos banheiros para a manobra da cadeira de rodas, bem como para a disposição das portas, mostram claramente que a escola não fez as devidas reformulações no ambiente.

As próximas imagens mostram a entrada e os portões de acesso da escola.

Figura 3: Entrada da Escola Atual



Fonte: dados da pesquisa

Figura 4: Portões de acesso à Escola Atual



Fonte: dados da pesquisa

As figuras 3 e 4 mostram que os portões da escola cumprem os padrões mínimos requeridos pela ABNT e existe a rampa de acesso. Contudo, verificou-se que as rampas (tanto da entrada quanto a disposta no banheiro) não seguem as normas ideais. Para isso, elas precisariam ter pisos antiderrapantes e barras laterais de apoio.

Como pôde-se perceber, a escola de maneira geral, começou as modificações na estrutura física colocando rampas cimentadas e barras de apoio em um dos banheiros, mas isso não permitiu ainda, sua plena acessibilidade. Para que isso ocorra, as normas padrões da ABNT precisam ser cumpridas desde a entrada da escola até os demais espaços desta.

A próxima questão trata sobre as diferenças entre metodologias aplicadas ao ensino de alunos com e sem deficiências. Como observado na tabela I4, as falas das profissionais pesquisadas divergem entre si.

Tabela 4: Diferenças de metodologia para alunos com deficiência

EXISTE DIFERENÇA ENTRE A FORMA DE LECIONAR O CONTEÚDO TRABALHADO PARA ESSAS CRIANÇAS? SE SIM, QUAIS SÃO ELAS?	
GESTORA	Não.
PROFESSORA	Sim, pois acredito que os conteúdos trabalhados com essas crianças precisam estar adaptados às reais necessidades delas. Precisam ter materiais concretos

Fonte: dados da pesquisa

Enquanto a professora afirma ter diferença na metodologia utilizada em sala de aula para alunos com deficiência (pelo menos no que diz respeito ao material utilizado), a gestora da escola diz que não existe diferença no ensino dessas crianças.

O próximo questionamento é sobre o apoio (moral, material e educativo) oferecido pela escola para o trabalho dos profissionais de ensino com crianças deficientes.

Tabela 5: Apoio da escola para atividades com alunos deficientes

A ESCOLA FORNECE O APOIO NECESSÁRIO PARA O TRABALHO COM ESSAS CRIANÇAS?	
GESTORA	Na medida do possível, mas como falei não estamos preparados.
PROFESSORA	Na medida do possível.

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com a tabela 5, as pesquisadas dizem receber esse apoio para o trabalho com deficientes, mas dentro da realidade local e limitações vivenciadas pela escola. Mais uma vez a gestora enfatiza o despreparo (de pessoal qualificado e estrutura física) para oferecer educação inclusiva ao corpo discente.

Por fim, a professora conclui as respostas do questionário aplicado sugerindo que as autoridades competentes deveriam assessorar e suprir as carências de recursos que as instituições públicas possuem para que a inclusão dos alunos com deficiência aconteça com maior ênfase nas escolas.

Os dois próximos questionários foram aplicados com o pai de um aluno com deficiência física e com a mãe de um aluno sem deficiência. A tabela 6 trás o resumo das questões que o pai do aluno com deficiência física respondeu.

As três primeiras perguntas dizem respeito à identificação da família e do aluno com deficiência. O educando em questão é cadeirante, filho único, tem 11 anos de idade, estuda no 3º ano e há três anos está em escola regular de ensino.

Tabela 6: Questionário para o pai de aluno com deficiência física

QUESTIONÁRIO PARA O PAI DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
Idade da Criança e ano que estuda:	11 anos, 3º ano
Tem outros filhos (possuem algum tipo de deficiência)?	Não
Há quanto tempo seu filho estuda em escola regular?	3 anos
Você acha que a Escola Atual supre as necessidades educacionais do seu filho? Por quê?	Não. Não vejo melhoras na educação dele. Ele não aprende, mas pelo menos fica feliz quando vai para escola e fica com os coleguinhas...
Você considera que a escola está totalmente adaptada para recebê-lo (tanto em relação à estrutura física quanto ao preparo dos professores)? Há algo que possa melhorar?	Não, mas pode melhorar. A escola tem que fazer reformas e não tem professor especializado para ensinar crianças com algum tipo de deficiência.
Como é a relação do seu filho com os outros alunos?	Boa. Eles respeitam ou pelo menos não demonstram nenhum tipo de diferença com ele. Algumas até brigam pra ver que é que vai empurrar a cadeira de rodas dele na hora do lance.
Você acha que a convivência do seu filho com crianças “normais” ajuda no seu desenvolvimento? Por quê?	Sim. Ele precisa ver que é diferente dos outros, mas é tão especial e querido quanto qualquer um deles. Não adianta trancar em casa, ele precisa conhecer o mundo, ver tudo.

Fonte: dados da pesquisa

A partir dessa prévia identificação dos pesquisados, questionou-se se o pai acredita que a escola supre as necessidades educacionais de seu filho e a resposta foi negativa. Segundo ele, a criança não consegue aprender o conteúdo que a professora leciona, e desde que começou a estudar não apresentou nenhum avanço.

Sobre a questão da aprendizagem escolar, Schirner (2007, p. 17) afirma que:

> O ambiente escolar promove desafios de aprendizagem. Privar uma criança ou um jovem dos desafios da escola é impedi-los de se desenvolverem. Quanto mais o meio promove situações desafiadoras ao indivíduo, mais ele vai responder a esses desafios e desenvolver habilidades perdidas ou que nunca foram desenvolvidas. Se propusermos situações de acordo com a limitação da criança, ela não encontrará motivos para se sentir desfiada.

Assim, a escola deve promover situações desafiadoras em sala de aula para que a aprendizagem aconteça. Observa-se ainda que a deficiência física do aluno não interfere em sua capacidade cognitiva, a menos que esteja associada a outra deficiência que atue sobre as funções intelectuais do sujeito.

O aluno com deficiência física alvo desta pesquisa é dependente de um adulto para que possa realizar as tarefas básicas do dia a dia, como comunicar-se e alimentar-se, por exemplo. Não consta nos documentos da escola, nem é de conhecimento dos responsáveis qual (ou quais) é realmente a(s) deficiência(s) da criança.

Segundo Schirner (2007, p. 20):

> Existe uma associação frequente entre a deficiência física e os problemas de comunicação, como nos caso de alunos com paralisia cerebral. A alteração do tônus muscular, nessas crianças, prejudicará também as funções fonoarticulatórias, onde a fala poderá se apresentar alterada ou ausente. O prejuízo na comunicação traz dificuldades na avaliação cognitiva dessa criança, que comumente é percebida como deficiente mental. Nesses casos, o conhecimento é a implementação da Comunicação.

Como delimitou-se este trabalho à investigação voltada para a acessibilidade de pessoas com deficiência física, não aprofundou-se a discussão sobre as metodologias que devem ser aplicadas para alunos com deficiência de outra ordem (que não seja a física).

Ainda assim, o pai entende que a interação com as outras crianças faz bem ao filho, e de acordo com sua fala, deixa-o feliz ir à escola.

Dessa forma, Schirner (2007, p. 16) afirma que:

> O ambiente escolar é para qualquer criança um espaço por natureza de interação de uns com os outros. É nesse espaço que nos vemos motivados a estabelecer comunicação, a sentir a necessidade de se locomover, entre outras habilidades que nos fazem pertencer ao gênero humano. O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação.

Observa-se que a inclusão escolar é uma boa oportunidade para que o aluno com deficiência física não se sinta isolado dos demais, ou realize atividades

meramente condicionadas e sem sentido. Dessa forma, a escola deve estar empenhada nesse compromisso como agente facilitador da socialização.

Ainda segundo o pai, apesar de seu filho estar no ensino regular há três anos, ele afirma que não considera que a escola Atual esteja devidamente adaptada para suprir todas as necessidades do filho, mas ainda assim, observando as demais escolas da região, esta é a mais próxima de tornar-se acessível.

O apontamento do pai mostra que a escola deveria investir na melhoria de sua estrutura física. A falta de preparo dos profissionais também foi um fator mencionado por ele.

Para o pai entrevistado, a relação do filho com os demais colegas de sala é boa. As crianças não se mostram indiferentes ao filho por causa da deficiência, pelo contrário, demonstram empatia e se mostram solícitos pelo parceiro de turma.

Por fim, questionou-se se o pai considera a convivência com as demais crianças algo positivo para o desenvolvimento do filho e a resposta foi sim. Em sua fala ressalta-se, sobretudo, a ação socializadora que impulsiona esse convívio em grupo.

Não se pode criar segregação, ou manter a criança com deficiência em casa achando que está protegendo-a do mundo exterior. Não existem bolhas, ou grupos dissociados, o ser humano é essencialmente um ser social, precisa do outro para manter-se vivo, precisa criar laços para auto afirmar-se e compreender sua importância no espaço.

Dessa forma, pôde-se refletir sobre a percepção da família do aluno com deficiência física sobre a realidade vivida e os desafios encontrados no dia a dia da escola pesquisada.

Por fim, concluiu-se a coleta de dados com a aplicação de questionário para a mãe de um aluno sem deficiência. A ideia pretendida aqui é analisar os dois lados desse processo – relação criança com deficiência e sem deficiência – para se ter um olhar geral de todos os elementos.

Assim como o questionário anterior, as perguntas iniciais deste, dizem respeito à identificação dos pais e do aluno sem deficiência. O educando em questão tem 11 anos de idade, estuda no 3º ano – mesma sala que o aluno com deficiência física pesquisado anteriormente –, e há três anos estuda na rede regular de ensino.

Apesar de considerar importante que as crianças possam conviver juntas e desenvolver o respeito mútuo pela diversidade desde pequenas, a mãe afirmou que considera negativo o ensino comum de crianças com deficiências e crianças sem deficiência, uma vez que não existe auxiliares para o professor titular.

Pode-se perceber, através da resposta da mãe entrevistada que a preocupação maior recai em se proporcionar uma educação especializada voltada para atender às necessidades próprias de cada criança.

Assim, observa-se mais uma vez que, a questão da educação especial deve se fazer presente nas salas de aula para garantir um ensino satisfatório e de qualidade para todos os alunos. O preparo profissional é o grande divisor de águas desse processo inclusivo. A inclusão começa na escola e o professor deve estar capacitado para efetivar essa condição no dia a dia escolar.

Tabela 7: Questionário para mãe de aluno sem deficiência

QUESTIONÁRIO PARA MÃE DE ALUNO SEM DEFICIÊNCIA	
PERGUNTAS	RESPOSTAS
Idade da Criança e ano que estuda:	9 anos de idade, 3º ano
Há quanto tempo seu filho estuda na escola Atual?	Há 3 anos
Tem aluno com deficiência na sala de seu filho?	Sim. Cadeirante e com problemas visuais.
Você acha importante a convivência de seu filho com pessoas com deficiência? Por quê?	Sim. Para poder respeitar uns aos outros.
Você acha positivo que o seu filho estude na mesma classe que uma criança com deficiência? Por quê?	Não, porque devia ter mais alguém para ajudar o professor
Você acha que a escola atual supre as necessidades da criança com deficiência da mesma forma que supre a do seu filho? Explique	Não, porque as escolas não estão adaptadas.
Você considera que a escola está totalmente adaptada para receber tanto o aluno com deficiência quanto um aluno sem deficiência no mesmo espaço e garantindo uma boa educação para ambos? Por quê?	Não. A gente vê que a escola precisa mudar, ou fazer umas reformas. Pode se adaptar sim, mas pra isso tem que começar a trabalhar.

Fonte: dados da pesquisa

Quando perguntada se a escola Atual supre as necessidades do aluno com deficiência assim como supre a do seu filho, a mãe respondeu que não. Isso

por compreender que a escola não está adaptada (em estrutura e pessoal capacitado) para oferecer uma educação igualitária para todos.

Dessa maneira, a mãe finaliza respondendo que a escola precisa dessas melhorias para ser considerada futuramente, uma escola acessível ou adaptada. Assim, a educação dessas crianças poderá ser garantida.

Concluiu-se por tanto, a coleta de dados com a análise das informações descritas neste item. Reitera-se, assim, a importância da presente reflexão para a discussão sobre a educação inclusiva, acessibilidade e os desafios encontrados para o atendimento educacional especializado de alunos com deficiência física.

5 CONCLUSÃO

Os obstáculos e barreiras arquitetônicas dificultam as condições de vida para pessoas com deficiência física. Quando isso é voltado para o cenário escolar, observa-se que o próprio processo de aprendizagem é influenciado pela falta ou presença das adaptações necessárias.

Apesar de a atual legislação nacional garantir uma educação igualitária para todos respeitando as especificidades de cada indivíduo e recomendar o cumprimento de normas para que haja acessibilidade dentro e fora da escola, parcela da população ainda se encontra excluída e segregada por não receber atendimento apropriado.

A pesquisa empreendida pretendeu abordar a importância da acessibilidade para pessoas com deficiência física, bem como refletir sobre a realidade local vivenciada na Escola Atual, observando, entre outras coisas, a estrutura física da instituição.

Os dados coletados apontam que a Escola Atual já iniciou o processo de adaptação para tornar-se acessível a todos, mas ainda não está adequadamente ajustada aos padrões nacionais de acessibilidade. Outro fator importante é a formação contínua dos professores que precisam atualizar-se para atender a demanda, bem como, a participação da família na escola.

Um trabalho bem desenvolvido com pessoas qualificadas em conjunto com as famílias poderá mudar a atual realidade escolar. Nesse sentido, deve-se abrir espaço para que as mudanças necessárias ocorram e contemplem uma educação que valorize a diversidade. Para isso, precisa-se de profissionais capacitados, adaptações de espaço e mudanças nos paradigmas excludentes em novos modelos inclusivistas para a constituição de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050:2004, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2 ed. 2004.

AMARAL, L. **Histórias da exclusão e de inclusão na escola pública.** In: CONSELHO REGIONAL DE PSICÓLOGOS. Educação Especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo/ Conselho Regional de Psicologia, 1997.

BAPTISTA, Claudio Roberto (et al). **Inclusão e escolarização:** múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil:** a história das rupturas. Pedagogia em Foco: Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>. Acesso em: 04 dezembro, 2012.

BOURDIEU, Pierre (org.). **Escritos de Educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. **Sala de Recursos Multifuncionais:** espaços para o atendimento educacional especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Não paginado.

_____. **Decreto nº. 5.296, de 2 de Dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de Novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2004. Não paginado.

_____. **Decreto Nº 3956**, de 8 de outubro de 2001. Convenção Interamerica para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2001. Não paginado.

_____. **Lei nº 10.098/00. Acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.** Brasília, 2000.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Nº 9394-96. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1996. Não paginado.

_____. **Lei nº 8.213/91. (Re) educação e (re) adaptação profissional e social ao incapacitado parcial ou total.** Brasília, 1991.

_____. **Lei nº 8.069/90. Estatuto da Criança de do Adolescente.** Brasília, 1990. Não paginado.

_____. **Lei nº 7.853/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social.** Brasília, 1989. Não paginado.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Não paginado.

_____. **Lei nº 7.405/85. Obrigatoriedade do Símbolo Internacional de Acesso.** Brasília, 1985.

DEMO, Pedro. **Pensando e Fazendo Educação:** experiências e inovação educacional. Brasília: LiberLivro, 2011.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Ribeirão Preto, SP: Paidéia, 2007.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Aspectos legais e orientação pedagógica.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa.** 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org). **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia cientifica.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** história e política públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia da educação.** 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1948.

RAIÇA, Darcy (et al). **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

Rosita, Edler Carvalho. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. 9 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SASSAKI, R. **Entrevista especial à Revista Integração**. Revista Integração, MEC: Brasília, v. 8, n. 20, p. 09-17, 1998.

SCHIRNER, Carolina R. (et al). **Deficiência Física:** atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007**.**

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Trad. Magda França Lopes. **Inclusão – um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na area das necessidades educativas especiais:** Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7 a 10 de julho, 1994.

VERGARA, Silvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR

1. Idade: _____
2. Formação: _____
3. Tempo de magistério: _____
4. Existem quantos alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula? Que necessidades são essas?

_____

5. Qual o maior desafio (se existirem) em se trabalhar com deficientes físicos?

_____

6. Existe diferença entre a forma de lecionar o conteúdo trabalhado para essas crianças? Se sim, quais são elas?

_____

7. A escola fornece o apoio necessário para o seu trabalho com essas crianças?

_____

8. Você acha que a estrutura da escola está adaptada, ou precisaria melhorar?

_____

9. Na sua opinião, existe algo que ainda deveria ser feito para que a inclusão de alunos com deficiência aconteçam com maior ênfase nas escolas?

_____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA A GESTORA

1 Idade: _____

2 Formação: _____

3 Tempo de magistério: _____

4 Ao todo, existem quantos alunos com deficiência na escola? Que necessidades são essas?

_____

5 Qual o maior desafio (se existirem) em se trabalhar com deficientes físicos?

_____

6 Existe diferença entre a forma de lecionar o conteúdo trabalhado para essas crianças? Se sim, quais são elas?

_____

7 A escola fornece o apoio necessário para o seu trabalho com essas crianças?

_____

8 Você acha que a estrutura da escola está adaptada, ou precisaria melhorar?

_____

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA O PAI DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

1. Idade da Criança e ano que estuda:

   _____

2. Tem outros filhos (possuem algum tipo de deficiência)? Especifique.

   SIM ( ) NÃO ( )

   _____

3. Há quanto tempo seu filho estuda em escola regular?

   De 1 a 2 Anos ( ) De 3 anos ( ) 4 anos ou mais ( )

4. Já estudou em classes especiais? A experiência foi:

   BOA ( ) REGULAR ( ) RUIM ( )

5. Você acha que a escola atual supre as necessidades educacionais do seu filho? Por quê?

   SIM ( ) NÃO ( )

   _____

6. Você considera que a escola está totalmente adaptada para recebê-lo (tanto em relação à estrutura física quanto ao preparo dos professores)? Há algo que possa melhorar?

   SIM ( ) NÃO ( )

   _____

7. Como é a relação do seu filho com os outros alunos?

   BOA ( ) REGULAR ( ) RUIM ( )

8. Você acha que a convivência do seu filho com crianças “normais” ajuda no seu desenvolvimento? Por quê?

   SIM ( ) NÃO ( )

   _____

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA MÃE DE ALUNO SEM DEFICIÊNCIA

1. Idade da Criança e ano que estuda:

   _____

2. Há quanto tempo seu filho estuda na escola atual?

   De 1 a 2 Anos ( ) De 3 anos ( ) 4 anos ou mais ( )

3. Tem aluno com deficiência na sala de seu filho?

   SIM ( ) NÃO ( )

4. Você acha importante a convivência de seu filho com pessoas com deficiência? Por quê?

   SIM ( ) NÃO ( )

   _____

5. Você acha positivo que o seu filho estude na mesma classe que uma criança com deficiência? Por quê?

   SIM ( ) NÃO ( )

   _____

6. Você acha que a escola atual supre as necessidades da criança com deficiência da mesma forma que supre a do seu filho? Explique

   SIM ( ) NÃO ( )

   _____

7. Você considera que a escola está totalmente adaptada para receber tanto o aluno com deficiência quanto um aluno sem deficiência no mesmo espaço e garantindo uma boa educação para ambos? Por quê?

   SIM ( ) NÃO ( )

   _____

   _____